



# AVALIAÇÃO UNIFICADA

## CADERNO DE QUESTÕES

### INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Tempo máximo para entrega da prova: 2 horas
- Tempo mínimo para entrega da prova: 1 hora



CURSO/PERÍODO

DIREITO - 5º PERÍODO - DATA: 03/04/2017

## **GABARITO RASCUNHO**

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D
31	A	B	C	D
32	A	B	C	D
33	A	B	C	D
34	A	B	C	D
35	A	B	C	D

Disciplina: Direito Civil – Dos Contratos I  
Professora: Érica Cristina Molina

### Questão 01

"Despesas condominiais. Débito confessado pela condômina que, no entanto, quer vê-lo compensado com crédito que diz ter, relativo a infiltrações em sua unidade autônoma, por cuja reparação seria responsável o condomínio. Pretensão repelida, porquanto não se acham presentes os requisitos objetivos da compensação. (2º TACIVIL - Ap. s/ Rev. 515.079 - 4ª Câm. - Rel. Juiz Mariano Siqueira - j. 28.04.1998). A compensação pretendida pela condômina não foi possível porque:

- (a) não havia conexão entre os valores compensáveis e os créditos, embora fossem eles da mesma natureza e espécie, pois eram de valores diferentes.
- (b) os créditos não eram da mesma natureza e espécie e os valores cuja compensação se pretendia não eram equivalentes, requisito este, indispensável para caracterizar a compensação.
- (c) não se pode compensar o crédito líquido, certo e vencido do condomínio contra a condômina, com o crédito ilíquido e incerto que a condômina alegava ter contra o condomínio.
- (d) elegeu a condômina a via imprópria para arguir a extinção de sua obrigação, uma vez que na hipótese versada no Acórdão, a imputação do pagamento era a figura que melhor se prestaria à defesa por ela apresentada.

### Questão 02

Jonas é amigo de João. Ambos possuem diversos contratos entre si. No momento, são 4 vínculos obrigacionais vencidos e não pagos por Jonas a João: duas obrigações no valor de R\$ 1.000,00 e quatro no valor de R\$ 500,00. No dia 10 de março de 2017, Jonas procurou João e lhe ofertou o pagamento no valor de R\$ 2.000,00, indicando que os débitos que deveriam ser quitados são as quatro parcelas de R\$ 500,00. Essa forma de extinção das obrigações é conhecida por:

- (a) dação em pagamento.
- (b) remissão de dívida.
- (c) transação.
- (d) imputação do pagamento.

### Questão 03

Segundo Carlos Roberto Gonçalves, de acordo com o secular princípio *pacta sunt servanda*, os contratos devem ser cumpridos. A vontade, uma vez manifestada, obriga o contratante. Esse princípio significa que o contrato faz lei entre as partes, não podendo ser modificado pelo Judiciário. Porém, sabe-se que, apesar disso, os contratos são comumente descumpridos. Acerca das regras de inadimplemento dos contratos, considere as seguintes afirmativas:

1. A legislação prevê uma série de limites específicos para a cláusula penal moratória. No entanto, como a cláusula penal é técnica de previsão indenizatória, o credor deve antever a possibilidade de seu prejuízo, em caso de inadimplemento, vir a ser maior que aquele estabelecido em lei. Nesses casos, o credor pode convencionar a possibilidade de indenização suplementar.
2. Para que se pretenda indenização suplementar aos juros moratórios, é necessário, além dos prejuízos excedentes, que não se exerça a cláusula penal.
3. O credor não é obrigado a receber prestação diversa da devida; se o fizer, estaremos diante da transação.
4. De acordo com a legislação brasileira, considera-se mora apenas o pagamento extemporâneo por parte do devedor ou a recusa injustificada do credor de receber o pagamento no prazo devido, caracterizando-se como inadimplemento o descumprimento de outras condições obrigacionais.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 2 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.

#### Questão 04

“Na contemporaneidade, é notório que os princípios assumem um papel de grande importância na atual codificação privada material brasileira. Atualmente, é até comum afirmar que o Código Civil de 2002 é um Código de Princípios, tão grande a sua presença na codificação vigente” (FLÁVIO TARTUCE, 2017). Assim, quando se fala dos contratos, não haveria de ser diferente acerca dos princípios. De acordo com os novos princípios contratuais, é:

- (a) A boa-fé objetiva é um preceito que, embora previsto no Código Civil, pode ser afastado pela vontade das partes, desde que expressamente convencionado.
- (b) A função social dos contratos possui, segundo posição majoritária da doutrina e jurisprudência, dois principais efeitos: mitiga a autonomia da vontade e atenua o princípio da relatividade dos efeitos dos contratos.
- (c) O formalismo resulta da ideia de que, basta, para o aperfeiçoamento do contrato, o acordo de vontades, contrapondo-se ao consensualismo.
- (d) Pela teoria da imprevisão, o princípio da obrigatoriedade dos contratos sofre uma exceção, já que ela prevê a possibilidade de desfazimento ou revisão forçada do contrato. O requisito exigido por esta teoria é a ocorrência de imprevisíveis.

#### Questão 05

Nos termos do Código Civil, a liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato sendo que os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé. Assim, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

- I – Em regra, a proposta de contrato obriga o proponente, salvo se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso.
  - II – A liberdade de forma é princípio contratual básico que não admite exceções, vez que assegurada pela autonomia da vontade.
  - III - A boa-fé objetiva é princípio contratual com várias funções, não se limitando à interpretação do negócio jurídico.
  - IV - Pelo princípio da liberdade contratual, é lícito às partes estipular contratos atípicos, desde que sua escolha recaia sobre um dos previstos no Código Civil.
  - V – O princípio do “*pacta sunt servanda*” não admite exceções, uma vez que qualquer revisão do contrato atentaria contra o princípio da boa-fé.
- (a) Apenas as assertivas I, II e III são verdadeiras.
  - (b) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
  - (c) Apenas as assertivas II e V são verdadeiras.
  - (d) Apenas as assertivas I, III e IV são verdadeiras.

#### Questão 06

Miguel telefona para Regina e faz a ela uma oferta de compra do seu veículo usado pela quantia de R\$ 45.000,00 sem estipular um prazo para aceitação da oferta. Neste caso, a proposta:

- (a) não será obrigatória, pois formulada por telefone e, conseqüentemente, para pessoa ausente.
- (b) é obrigatória e vinculará o proponente até a resposta de Regina ou, então, o cancelamento da oferta.
- (c) não será obrigatória, pois Miguel não estabeleceu um prazo para o aceite ou recusa de Regina.
- (d) deixará de ser obrigatória se Regina não aceitá-la imediatamente.

Disciplina: Direito Penal – Parte Especial III

Professora: Juliana Maria Souza Murcia Soler

### Questão 07

Joana, 13 anos, apaixonou-se por Pedro, 18 anos, os dois iniciam um namoro as escondidas, passados três meses, estes mantem relações sexuais de forma consentida. O fato chega ao conhecimento do pai de Joana, que procura o IRMP e relata o ocorrido. Diante da situação hipotética acima é correto afirmar que Pedro:

- a) Respondera pelo crime de estupro
- b) Não respondera por crime algum, vez que não constrangeu Joana.
- c) Responderá pelo crime de estupro de vulnerável.
- d) Respondera por assédio sexual.

### Questão 08

Fausto se apaixona por Clara, sua secretária, mas ela nunca lhe deu atenção fora daquela necessária para a profissão. Fausto, então, simula a existência de uma reunião de negócios e pede para que a secretária fique no local para auxiliá-lo. À noite, Clara comparece à sala do executivo acreditando que ocorreria a reunião, quando é surpreendida por este, que coloca uma faca em seu pescoço e exige a prática de atos sexuais, sendo, em razão do medo, atendido. Após o ato, Fausto afirmou que Clara deveria comparecer normalmente ao trabalho no dia seguinte. Diante da situação narrada, é correto afirmar que Fausto deverá responder pela prática do crime de:

- a) Assédio sexual.
- b) Violação sexual mediante fraude.
- c) Estupro de vulnerável.
- d) Estupro.

### Questão 09

Bia, maior, acredita estar acometida de mal incurável, acreditando fielmente estar condenada a morte iminente. Bruno, líder espiritual, aproveitando-se do desespero de Bia, diz saber de ritual que poderá curar esta, o qual consiste na pratica de ato sexual para purificação. Bia consente que Bruno realize o referido ato, o qual o faz e fica realizado por ter ludibriado Bia. A conduta perpetrada por Bruno é:

- a) Atípica, vez que Bia consentiu o ato.
- b) Típica, se enquadra no crime de assédio sexual
- c) Atípica, vez que Bia é maior, e ainda consentiu o ato.
- d) Típica, se enquadra no crime de violação sexual mediante fraude.

### Questão 10

É CORRETO afirmar que, à luz do Código Penal, contrair alguém, sendo casado, novo casamento, cometerá crime de:

- a) bigamia
- b) Monogamia
- c) Induzimento ou ocultação de impedimento
- d) Simulação do casamento.

Disciplina: Direito Tributário Público e Privado  
Professor: Me. Aduino José de Oliveira

### Questão 11

Quando o fazendeiro entrega o leite para o laticínio, não ocorre a emissão da nota fiscal no ato da entrega do leite. Em direito tributário falamos que, nesse caso, ocorre a responsabilidade por substituição, pois a nota fiscal é emitida pelo laticínio somente no final do mês, a esse fenômeno chamamos:

- a) regressiva
- b) progressiva
- c) sonegação
- d) solidariedade

### Questão 12

A responsabilidade tributária:

- a) é atribuída expressamente por lei à terceira pessoa, que não praticou o fato gerador, mas que está a ele vinculado, podendo ser exclusiva ou supletiva à obrigação do contribuinte.
- b) é atribuída ao sujeito passivo da obrigação tributária que pratica o fato gerador.
- c) é do contribuinte quando a lei lhe impõe esta obrigação, mesmo que não pratique o fato gerador.
- d) pode ser atribuída a terceiro estranho ao fato gerador através de contrato particular firmado entre o contribuinte e terceiro.

### Questão 13

Analise a seguinte afirmação: “Não basta, no Direito Tributário, a razoável equivalência entre o fato e a hipótese legal caracterizadora dos modelos abertos; exige-se, rigorosamente, o preciso amoldamento do fato ao tipo legalmente definido. É que, na espécie, o modelo legal é cerrado, fechado, não ensejando dilargamento pelo aplicador da lei, o que confere à preservação de garantias e direitos prestigiados pela Constituição.” (BARRETO, Aires F., Curso de Direito Tributário Municipal, São Paulo: Saraiva, 2009, p. 30).

O trecho acima se refere ao princípio da

- a) igualdade.
- b) irretroatividade.
- c) legalidade.
- d) não confisco.

### Questão 14

Haverá imunidade tributária para:

- a) impostos incidentes sobre o patrimônio, renda e serviços de autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, desde que relacionados com suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.
- b) tributos incidentes sobre patrimônio, renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas de empresas públicas e sociedades de economia mista.
- c) contribuições devidas por pessoas jurídicas de direito público interno, incidentes sobre folha de salários de empregados públicos.
- d) tributos incidentes sobre patrimônio, renda e serviços das instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos.

### Questão 15

A respeito de responsabilidade tributária, assinale a opção correta.

- a) A responsabilidade tributária derivada é aquela que é transferida a terceiro que tenha ligação direta e pessoal com o fato gerador da obrigação, sem que decorra de expressa previsão legal.
- b) A responsabilidade tributária originária é aquela que ocorre com o inadimplemento da obrigação tributária por parte do contribuinte.
- c) A responsabilidade tributária por infração a lei tributária praticada por pessoa na gestão de sociedade limitada ficará adstrita ao capital social devidamente integralizado.
- d) A sujeição passiva indireta pode ser fruto de uma responsabilidade por sucessão, o que caracteriza uma das modalidades de responsabilidade por transferência.

Disciplina: Direito Processual Civil I Professora: Laurinéia Borges Souza Silva
--

### Questão 16

Sobre a competência,

- a) a ação fundada em direito real sobre bem móvel será proposta, em regra, no foro da situação da coisa.
- b) a ação possessória imobiliária será proposta no foro da situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta.
- c) são irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente ao registro ou à distribuição da petição inicial, ainda que alterem competência absoluta.
- d) serão remetidos à Justiça Federal os processos nos quais intervier a União, incluindo as ações de recuperação judicial e falência.

### Questão 17

Joana Silva ajuizou ação de reintegração de posse contra Pedro Paulo e Carla. A ação tem como objeto um imóvel residencial. Tal ação deverá ser proposta no foro

- a) do domicílio dos réus, cujo juízo tem competência absoluta.
- b) do domicílio dos réus, cujo juízo tem competência relativa.
- c) da situação do imóvel, cujo juízo tem competência absoluta.
- d) do domicílio dos autores, cujo juízo tem competência relativa.

### Questão 18

A respeito da competência, o novo Código de Processo Civil dispõe que

- a) a incompetência relativa do juízo deve ser alegada em exceção de competência, no prazo para a resposta.
- b) o inventário deve ser proposto, em regra, ao foro de situação dos bens móveis do autor da herança.
- c) como regra, nas ações de divórcio, é competente o foro do guardião do filho incapaz e, caso não haja filho incapaz, o foro do último domicílio do casal.
- d) a ação possessória imobiliária deve ser proposta no foro de situação da coisa, mas por se tratar de competência territorial, se prorroga caso não venha a ser alegada no momento oportuno.

### Questão 19

A respeito de competência absoluta e relativa, segundo legislação vigente,

- a) a incompetência relativa não pode ser conhecida de ofício pelo Magistrado, pois deve ser alegada pelo réu em exceção de incompetência, em peça apartada, no mesmo prazo da contestação.
- b) a incompetência, seja absoluta ou relativa, deve ser alegada pelo réu em preliminar de contestação; todavia, caso não o faça no prazo legal, somente esta última se prorroga.
- c) o Código prevê que é possível a reunião de duas ações conexas no juízo prevento, ainda que se trate de competência em razão da matéria, desde que haja interesse público que justifique a união das demandas para único julgamento.
- d) a incompetência territorial é sempre relativa e, por isso, não pode ser conhecida de ofício pelo Magistrado, razão pela qual se prorroga, caso não seja alegada no momento oportuno.

### Questão 20

A respeito das disposições sobre Função Jurisdicional, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) A continência entre duas ou mais ações ocorre quando há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.
- b) Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado.
- c) A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é inderrogável por convenção das partes.
- d) As partes podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações, mas a cláusula de eleição de foro não vincula os herdeiros e sucessores.

### Questão 21

Consoante o disposto no Código de Processo Civil vigente, é competente o foro:

- a) do lugar do fato, para a ação de anulação de casamento.
- b) de domicílio do réu, para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito.
- c) do lugar do fato, para a ação de divórcio.
- d) do lugar do ato ou fato para a ação de reparação de dano.

Disciplina: Direito Empresarial I Professor: Ronaldo Carvalho Silva Filho
--

### Questão 22

Maria, empresária individual, teve sua interdição decretada pelo juiz a pedido de seu pai, José, em razão de causa permanente que a impede de exprimir sua vontade para os atos da vida civil. Sabendo-se que José, servidor público federal na ativa, foi nomeado curador de Maria, assinale a afirmativa correta.

- a) Poderá ser concedida autorização judicial para o prosseguimento da empresa de Maria, porém ficam sujeitos ao resultado da empresa os bens que Maria já possuía ao tempo da interdição, tanto os afetados quanto os estranhos ao acervo daquela.
- b) A interdição de Maria por incapacidade traz como efeito imediato a extinção da empresa, cabendo a José, na condição de pai e curador, promover a liquidação do estabelecimento.
- c) É possível a concessão de autorização judicial para o prosseguimento da empresa de Maria antes exercida por ela enquanto capaz, devendo seu pai, José, como curador e representante, assumir o exercício da empresa.
- d) É possível a concessão de autorização judicial para o prosseguimento da empresa de Maria; porém, diante do impedimento de José para exercer atividade de empresário, este nomeará, com a aprovação do juiz, um ou mais gerentes.



### Questão 23

CHAOLIN, um mineirinho vindo da roça se candidatou a um emprego na maior loja de departamentos da cidade. Nela podia se comprar de tudo. O gerente perguntou ao rapaz:

– Você já trabalhou alguma vez na vida? Sim, eu fazia negócios na roça, respondeu CHAOLIN. O gerente gostou do jeito simpático do mineiro e disse: Pode começar amanhã e no final da tarde eu venho para verificar como você se saiu. Foi um dia longo e árduo para o rapaz, e às 17:30 o gerente se acercou do novo empregado para verificar sua produtividade e perguntou: Quantas vendas você fez hoje? Uma!– Só uma? A maioria dos meus vendedores faz de 30 a 40 vendas por dia. De quanto foi a venda que você fez? – Dois milhões e meio de Reais! – E como você conseguiu isso? Bem, o cliente entrou na loja e eu lhe vendi um anzol pequeno, depois um anzol médio e finalmente um anzol bem grande. Daí eu lhe vendi uma linha fina de pescar, uma de resistência média e uma bem grossa, para pescaria pesada. Eu lhe perguntei onde ele ia pescar e ele me disse que ia fazer pesca oceânica. Eu sugeri que talvez fosse precisar de um barco, então eu o acompanhei até a seção de náutica e lhe vendi uma lancha importada, de primeira linha. Aí eu disse a ele que talvez um carro pequeno não fosse capaz de puxar a lancha, levei-o à seção de carros e lhe vendi uma caminhonete com tração nas quatro rodas. O gerente levou um susto e perguntou: Você vendeu tudo isso a um cliente que veio aqui para comprar um pequeno anzol? - Não senhor, ele entrou aqui, de fato, para comprar um pacote de absorvente para a namorada, e eu disse a ele: – Me parece um final de semana perdido; Por que o senhor não vai pescar? Em direito empresarial CHAOLIN enquadra-se como sendo um preposto, acerca do tema considere as seguintes proposições:

I. Considera-se gerente o preposto permanente no exercício da empresa, na sede desta, ou em sucursal, filial ou agência.

II. Mesmo quando a lei exigir poderes especiais, considera-se o gerente autorizado, independentemente de autorização específica, a praticar todos os atos relacionados, direta ou indiretamente, ao exercício da sua função.

III. Os preponentes são responsáveis pelos atos de quaisquer prepostos, praticados nos seus estabelecimentos e relativos à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito.

IV. No exercício de suas funções, os prepostos são pessoalmente responsáveis perante terceiros e solidariamente com o preponente, pelos atos dolosos e culposos.

V. O preposto, independentemente de autorização, pode negociar por conta própria ou de terceiro, ou participar, desde que indiretamente, de operação do mesmo gênero da que lhe foi cometida.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e V.

### Questão 24

Fica sujeita às sanções previstas na Lei de Defesa da Concorrência por infração da ordem econômica a sociedade empresária que:

a) contrata empregado de um concorrente, a fim de se valer de informações comerciais confidenciais a que este empregado teve acesso, independentemente dos efeitos dessa conduta sobre a estrutura concorrencial do mercado em que as empresas se inserem.

b) conquista parcela substancial de um determinado mercado relevante de bens ou serviços, concentrando mais de 20% (vinte por cento) desse mercado, como fornecedor, intermediário, adquirente financiador ou intermediário.

c) celebra acordo operacional com um concorrente, a fim de uniformizar os seus preços e condições de venda, de modo a eliminar a competição dentro de um determinado mercado relevante de bens ou serviços.

d) usa indevidamente nome comercial, expressão ou sinal de propaganda de empresa concorrente.

### Questão 25

Paulo, casado no regime de comunhão parcial com Jacobina, é empresário enquadrado como microempreendedor individual (MEI). O varão pretende gravar com hipoteca o imóvel onde está situado seu estabelecimento, que serve exclusivamente aos fins da empresa. De acordo com o Código Civil, assinale a opção correta.

- a) Paulo pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, gravar com hipoteca os imóveis que integram o seu estabelecimento.
- b) Paulo não pode, sem a outorga conjugal, gravar com hipoteca os imóveis que integram o seu estabelecimento, salvo no regime de separação de bens.
- c) Paulo, qualquer que seja o regime de bens, depende de outorga conjugal para gravar com hipoteca os imóveis que integram o seu estabelecimento.
- d) Paulo pode, sem necessidade de outorga conjugal, gravar com hipoteca os imóveis que integram o seu estabelecimento, salvo no regime da comunhão universal.

Disciplina: Direito Constitucional II Professor: Me. Mário César Martins de Miranda
--

### Questão 26

Cinco amigos, moradores de uma favela, decidem criar uma associação para lutar por melhorias nas condições de saneamento básico do local. Um político da região, sabendo da iniciativa, informa-lhes que, para tanto, será necessário obter, junto à Prefeitura, uma autorização para sua criação e funcionamento. Nesta hipótese, ,

- a) os cinco amigos não conseguirão criar a associação, pois a Constituição Federal exige um número mínimo de dez integrantes para essa iniciativa.
- b) a informação que receberam está errada, pois a Constituição Federal estabelece que a criação de associações independe de autorização.
- c) o estatuto da associação poderá prever atividades paramilitares, caso essa medida seja necessária para a proteção de seus integrantes.
- d) para iniciar suas atividades, a associação precisará, além da autorização da prefeitura, de um alvará judicial.

### Questão 27

De acordo com o art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil vigente, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Diante desse contexto, assinale a incorreta:

- a) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- b) Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
- c) É assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.
- d) Ninguém poderá ser preso sem ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, nem mesmo em flagrante delito, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

### Questão 28

Analise os itens abaixo:

- I) Os direitos fundamentais instituídos no art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil são aplicáveis somente aos brasileiros natos e naturalizados.
- II. A Constituição da República Federativa do Brasil protege o direito à livre manifestação do pensamento, contudo proíbe o anonimato.
- III. A Constituição da República Federativa do Brasil protege o direito de reunião de forma ampla, sem estabelecer qualquer condição ou limite para o exercício desse direito.

Está(o) CORRETO(S):

- a) Apenas os itens I e II.
- b) Apenas o item II.
- c) Apenas os itens I e III.
- d) Apenas os itens II e III.

### Questão 29

Considerando o direito fundamental de privacidade assegurado no art. 5º da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) A interceptação das comunicações telefônicas pode ser decretada por ordem judicial em processo de natureza penal, civil ou administrativa, na forma da lei.
- b) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador. É vedado o ingresso durante a noite, salvo no cumprimento de mandado judicial de busca e apreensão, na forma da lei.
- c) A Constituição só permite a interceptação das comunicações telefônicas nos casos de investigação de crimes de terrorismo, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e crimes contra a administração pública, por ordem judicial, na forma de lei complementar.
- d) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

### Questão 30

Sobre a propriedade, na Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) A propriedade particular, em nenhuma hipótese poderá ser usada pelo Poder Público, uma vez, que é assegurado ao proprietário o direito de privacidade.
- b) Poderá, em alguns casos, ser desapropriada por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social.
- c) Deverá atender a sua função judicial, estabelecida por órgão competente.
- d) A propriedade rural, em qualquer tempo, poderá ser penhorada como pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, visando o não inadimplemento de seu proprietário.

### Questão 31

Segundo a Constituição Federal de 1988 (CF), o sigilo das comunicações telefônicas

- a) poderá ser violado, por ordem judicial ou administrativa, para instrução processual de ação de improbidade administrativa.
- b) é absolutamente inviolável.
- c) poderá ser violado, por ordem de ministro de Estado, para instrução de processo administrativo disciplinar.
- d) poderá ser violado, por ordem judicial, para fins de investigação criminal.

A razão pela qual algumas pessoas acham tão difícil serem felizes é porque estão sempre a julgar o passado melhor do que foi, o presente pior do que é e o futuro melhor do que será. *Marcel Pagnol*